

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Conteúdo:

✓	Informações Iniciais	3
✓	Apresentação	5
✓	Metodologia de Trabalho.....	7
✓	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	9
	Balanços Patrimoniais	13
	Balanços Financeiros.....	14
	Balanço Orçamentário	15
	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	17
	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
	Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto	19
	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	20

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

✓ Informações Iniciais

Com vistas à execução do trabalho de auditoria independente das demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2024** da **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM**, realizamos o presente trabalho no período de **20 de janeiro de 2025** a **26 de fevereiro de 2025**, com visita “in-loco” de **17 de fevereiro de 2025** a **26 de fevereiro de 2025**.

O trabalho foi realizado segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

✓ Apresentação

✓ **Apresentação**

Firma de Auditoria

Nome empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S Ltda**

Endereço: Rua Dom Vital, 115, sala 15, Farol, Cep: 57.051-200,
Maceió - Alagoas - Brasil - Fone: +55 (82) 3023-0179

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 / CVM nº 7.706 / CNAI-PJ nº 62
CVM / SUSEP / BACEN / OCB / IBRACON / IIA Brasil / ICBR / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 / CNAI nº 594

Entidade Auditada

Nome empresarial: **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM**

Endereço: SGAS, 616, Conjunto D, Lote 115, L2 Sul, Cep: 70.200-
760, Brasília - Distrito Federal - Brasil

Inscrição: CNPJ nº 33.583.550/0001-30

Presidente: José Hiran da Silva Gallo

Contador(a): Elias Pontes Barboza
CRC-DF 014280/O-3

✓ Metodologia de Trabalho

✓ Metodologia de Trabalho

O trabalho foi realizado em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise, por amostragem, das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2024**.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragem indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos relevantes existentes, na entidade, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções relevantes de seus controles internos;
- d) Avaliação dos aspectos relevantes do sistema de controles internos utilizado, visando à constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos financeiros, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos normativos e dispositivos legais;
- f) Avaliação realizada sobre os saldos das rubricas materiais integrantes das demonstrações financeiras, visando apresentar o presente relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas;
- g) Análise das demonstrações financeiras, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável; e
- h) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela administração.

✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Conselheiros, Presidente e vice-presidentes do
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM – (“entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial, financeiro e orçamentário, em **31 de dezembro de 2024**, e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação de Saldos Comparativos das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.h., pois a companhia realizou reapresentações, de forma retrospectiva e espontânea, de saldos correspondentes a algumas de suas demonstrações contábeis e notas explicativas, findas em 31 de dezembro de 2024. Nossa conclusão sobre as informações contábeis não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informações das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024

Os valores referentes ao balanço patrimonial, financeiro e orçamentário findos em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações das variações patrimoniais, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, findas naquela data, que estão sendo apresentadas, pela administração da entidade como informações suplementares e comparativas, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório sem ressalva, datado de 22 de fevereiro de 2024.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que

a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**.

(c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.

(e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, **26 de fevereiro de 2025.**

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 – CVM nº 7.706 – CNAI-PJ nº 062

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594



Conselho Federal de Medicina

✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ nº 33.583.550/0001-30
Balancos Patrimoniais
Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, com centavos)

Ativo	Notas	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Notas	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		462.229.221,24	377.314.455,07	Circulante		21.155.397,04	24.562.527,35
			Reapresentado				Reapresentado
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1.1	456.260.121,56	369.697.377,63	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	4.1.5	9.244.390,32	7.944.725,98
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.1.2	5.800.182,05	7.415.229,11	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.1.6	8.723.293,27	9.604.003,50
Estoques	4.1.3	168.917,63	201.848,33	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.1.7	2.340.474,58	2.444.574,00
				Demais Obrigações a Curto Prazo	4.1.9	847.238,87	4.569.223,87
Não Circulante		147.717.884,85	151.800.034,50	Não Circulante		4.025.133,17	3.989.522,89
Realizável a Longo Prazo		2.170,75	2.170,75				
Investimentos e Aplicações LP		2.170,75	2.170,75	Provisões a Longo Prazo	4.1.8	4.025.133,17	3.989.522,89
Imobilizado	4.1.4	147.715.714,10	151.797.863,75	Patrimônio Líquido	4.5	584.766.575,88	500.562.439,33
Bens Móveis		33.356.323,00	30.847.063,00				
Bens Imóveis		128.939.902,78	129.206.737,68	Resultados Acumulados		584.766.575,88	500.562.439,33
(-) Depreciação Acumulada		(14.580.511,68)	(8.255.936,93)				
Total do Ativo		609.947.106,09	529.114.489,57	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		609.947.106,09	529.114.489,57
Ativo Financeiro	4.1	462.058.689,45	377.111.077,70	Passivo Financeiro	4.1	23.067.194,91	24.718.795,40
Ativo Permanente	4.1	147.888.416,64	152.003.411,87	Passivo Permanente	4.1	11.234.210,77	10.246.346,42
				Saldo Patrimonial		575.645.700,41	494.149.347,75
Déficit Financeiro		-	-	Superávit Financeiro		438.991.494,54	352.392.282,30

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ nº 33.583.550/0001-30
Balanços Financeiros
Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, com centavos)

Ingressos	Notas	31.12.2024	31.12.2023	Dispêndios	Notas	31.12.2024	31.12.2023
Receita Orçamentária	4.2	295.041.828,42	274.618.379,61	Despesa Orçamentária	4.2	208.786.844,19	216.415.992,62
Receita Patrimonial		49.220.366,49	51.057.162,36	Crédito Empenhado a Liquidar		3.315.062,57	1.720.920,00
Receitas de Valores Imobiliários		49.220.366,49	51.057.162,36	Crédito Empenhado Liquidado		8.317.511,66	8.298.221,89
Receitas de Serviços		6.278.402,47	4.979.967,05	Crédito Empenhado Pago		197.154.269,96	206.396.850,73
Serviços Comerciais		6.239,63	1.656,80	Despesas Correntes		181.068.180,66	184.042.849,92
Serviços Administrativos		6.272.162,84	4.978.310,25	Pessoal e Encargos Sociais		74.688.953,15	72.833.599,37
Transferências Correntes		239.321.078,34	218.542.905,94	Outras Despesas Correntes		106.379.227,51	111.209.250,55
Transferências Intragovernamentais - Intra-Conselhos		239.321.078,34	218.542.905,94	Despesas de Capital		16.086.089,30	22.354.000,81
Outras Receitas Correntes		221.981,12	38.344,26	Investimentos		16.086.089,30	22.354.000,81
Indenizações e Restituições		14.894,57	1.194,29				
Receitas Diversas		207.086,55	37.149,97				
Recebimentos Extraorçamentários		147.413.929,94	127.194.880,58	Pagamentos Extraorçamentários		146.774.745,59	134.267.979,55
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		3.315.062,57	1.720.920,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		607.278,68	8.427.868,92
Inscrição de Restos a Pagar Processados		8.317.511,66	8.298.221,89	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		8.741.781,05	8.374.660,58
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.161.047,37	455.550,73	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.161.047,37	455.550,73
Outros Recebimentos Extraorçamentários		134.620.308,34	116.720.187,96	Outros Pagamentos Extraorçamentários		136.264.638,49	117.009.899,32
Saldo do Exercício Anterior		372.610.458,11	321.497.152,72	Saldo para o Exercício Seguinte		459.504.626,69	372.626.440,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1.1	369.697.377,63	318.733.953,68	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1.1	456.260.121,56	369.697.377,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.913.080,48	2.763.199,04	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.244.505,13	2.929.063,11
TOTAL		815.066.216,47	723.310.412,91	TOTAL		815.066.216,47	723.310.412,91

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ nº 33.583.550/0001-30
Balancos Orçamentários
Findo em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, com centavos)

Receitas Orçamentárias	Notas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
Receitas Correntes	4.3	286.797.127,00	286.797.127,00	295.041.828,42	8.244.701,42
Receita Patrimonial		47.641.063,14	47.641.063,14	49.220.366,49	1.579.303,35
Receitas de Serviços		3.317.234,56	3.317.234,56	6.278.402,47	2.961.167,91
Transferências Correntes		235.601.823,90	235.601.823,90	239.321.078,34	3.719.254,44
Outras Receitas Correntes		237.005,40	237.005,40	221.981,12	(15.024,28)
Receitas Capital	4.3	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS		286.797.127,00	286.797.127,00	295.041.828,42	8.244.701,42
Déficit		-	-	-	-
TOTAL		286.797.127,00	286.797.127,00	295.041.828,42	8.244.701,42

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ nº 33.583.550/0001-30
Balanços Orçamentários
Fundo em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, com centavos)

Despesas Orçamentárias	Notas	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	4.3	268.673.427,92	268.673.427,92	191.106.113,78	189.354.202,32	181.068.180,66	77.567.314,14
Pessoal e Encargos Sociais		100.106.035,00	94.987.330,29	74.688.953,15	74.688.953,15	74.688.953,15	20.298.377,14
Outras Despesas Correntes		168.567.392,92	173.686.097,63	116.417.160,63	114.665.249,17	106.379.227,51	57.268.937,00
Despesas de Capital	4.3	18.123.699,08	18.123.699,08	17.680.730,41	16.117.579,30	16.086.089,30	442.968,67
Investimentos		18.123.699,08	18.123.699,08	17.680.730,41	16.117.579,30	16.086.089,30	442.968,67
SUBTOTAL DAS DESPESAS		286.797.127,00	286.797.127,00	208.786.844,19	205.471.781,62	197.154.269,96	78.010.282,81
Superávit		-	-	86.254.984,23	-	-	86.254.984,23
TOTAL		286.797.127,00	286.797.127,00	295.041.828,42	205.471.781,62	197.154.269,96	(8.244.701,42)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ nº 33.583.550/0001-30
Demonstrações das Variações Patrimoniais
Findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, com centavos)

Variações Patrimoniais Quantitativas		
	Notas	
	31.12.2024	31.12.2023
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.278.402,47	4.979.967,05
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços	6.278.402,47	4.979.967,05
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	49.220.366,49	51.057.162,36
Remuneração de Depósitos Bancários	285.242,81	423.605,49
Remuneração de Aplicações Financeiras	48.935.123,68	50.633.556,87
Transferências e Delegações Recebidas	239.321.078,34	218.542.905,94
Transferências Intragovernamentais - Intra-Conselhos	239.321.078,34	218.542.905,94
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	959.625,43	18.220,36
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	959.625,43	18.220,36
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	818.616,56	703.350,30
Reversão de Provisões	138.394,60	166.459,54
Indenizações	179.562,33	18.562,20
Var. Patri. Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	500.659,63	518.328,56
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	296.598.089,29	275.301.606,01
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	84.513.628,74	73.261.937,19
Remuneração de Pessoal - RGPS	60.691.227,09	53.365.016,46
Encargos Patronais - RGPS	10.232.671,30	8.914.388,40
Encargos Patronais - FGTS	3.915.145,52	3.389.773,54
Benefícios a Pessoal - RGPS	9.674.584,83	7.592.758,79
Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo	73.962.443,17	66.251.648,22
Consumo de Material	720.707,82	2.850.620,32
Diárias	8.348.678,95	8.398.509,59
Serviços Terceiros - PF	7.683.607,59	6.703.173,17
Serviços Terceiros - PJ	49.429.082,95	44.985.578,04
Depreciação	7.780.365,86	3.313.767,10
Transferências Concedidas	50.929.480,65	49.980.695,17
Transferências Intragovernamentais	50.713.542,30	49.706.634,60
Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	215.938,35	274.060,57
Desvalorização e Perda de Ativos	1.084.007,99	2.355.526,14
Perdas com Alienação de Imobilizado	-	1.240.627,60
Desincorporação de Ativos	1.021.178,25	1.114.898,54
Perdas Involuntárias	62.829,74	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias	1.412.193,40	2.074.137,19
Taxas	1.613,40	8.793,59
Contribuições Sociais	1.410.580,00	1.225.343,60
Outros Encargos Tributários e Contributivos	-	840.000,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	492.198,79	2.537.048,60
Var. Patri. Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	492.198,79	2.537.048,60
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	212.393.952,74	196.460.992,51
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	84.204.136,55	78.840.613,50

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ nº 33.583.550/0001-30
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Finda em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, com centavos)

	Notas	Resultados Acumulados	Total
Saldos iniciais	4.5	500.562.439,33	500.562.439,33
Resultado do exercício		84.204.136,55	84.204.136,55
Saldos finais		584.766.575,88	584.766.575,88

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CNPJ nº 33.583.550/0001-30
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto
Findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, com centavos)

	Notas	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos			
	4.6	295.041.828,42	274.618.379,61
Receita Patrimonial		49.220.366,49	51.057.162,36
Receitas de Serviços		6.278.402,47	4.979.967,05
Transferências Recebidas		239.321.078,34	218.542.905,94
Outras Receitas Correntes		221.981,12	38.344,26
Outras Receitas Derivadas e Originárias		135.781.355,71	124.919.902,39
Desembolsos		328.174.350,90	326.220.857,24
Despesas Correntes	4.6	181.068.180,66	184.042.849,92
Pessoal e demais despesas		74.688.953,15	72.833.599,37
Transferências concedidas		106.379.227,51	111.209.250,55
Outros desembolsos operacionais		147.106.170,24	142.178.007,32
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		102.648.833,23	73.317.424,76
Fluxo de Caixa das Operações de Investimento			
Desembolsos		16.086.089,30	22.354.000,81
Aquisição de ativo não circulante		3.968.157,25	21.785.139,07
Concessão de empréstimos e financiamentos		12.117.932,05	568.861,74
Outros desembolsos de investimentos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		16.086.089,30	22.354.000,81
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II)		86.562.743,93	50.963.423,95
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	4.1.1	369.697.377,63	318.733.953,68
Caixa e Equivalente de caixa final	4.1.1	456.260.121,56	369.697.377,63
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		86.562.743,93	50.963.423,95

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conselho Federal de Medicina

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CNPJ nº 33.583.550/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, com centavos)

1. Contexto Operacional

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e os Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), instituídos pelo Decreto-lei nº 7.955, de 13 de setembro de 1945, são constituídos em seu conjunto como autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, prestando serviço público nos termos da legislação em vigor, tendo como atividades finalísticas promover, por todos os meios e o seu alcance, o perfeito desempenho técnico e moral da medicina e o prestígio e bom conceito da medicina, da profissão e dos que a exerçam; normatizando, registrando e fiscalizando o exercício do profissional médico, por intermédio dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), cada um em sua base jurisdicional, nos estados e no Distrito Federal. Os recursos do Conselho Federal são constituídos de: 1/3 (um terço) da taxa de expedição das carteiras profissionais, 1/3 (um terço) das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais e 1/3 (um terço) das anuidades percebidas pelos Conselhos Regionais.

2. Base de Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as disposições contidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública Federal; as disposições contidas nas Instruções Normativas TCU nº 87, de 12 de agosto de 2020, nº 84, de 22 de abril de 2020, nº 71, de 28 de novembro de 2012, além das Decisões Normativas editadas anualmente pelo Tribunal de Contas da União; as disposições contidas no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.020, de 18 de fevereiro de 2005, nº 1.132, de 21 de novembro de 2008, e nº 1.330, de 18 de março de 2011.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Financeiro (BF);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e



Conselho Federal de Medicina

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados pelos Conselhos de Medicina, tendo em consideração as opções e premissas da contabilidade aplicada ao setor público.

- (a) **Moeda funcional e de apresentação:** a moeda funcional das demonstrações contábil e financeira é o real.
- (b) **Créditos a Curto Prazo:** compreendem os direitos a receber a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias, quando aplicável.
- (c) **Estoques:** compreendem os materiais em almoxarifado para realização das atividades da entidade e para a prestação de serviços. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de aquisição ou desenvolvimento. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o Art. 106, Alínea III, da Lei nº 4.320/64.
- (d) **Imobilizado:** o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou desenvolvimento são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.
- (e) **Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis:** a base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Para calcular a depreciação, a base é a divisão do valor contábil pelo prazo de vida útil do bem. Deve-se incluir no valor contábil, bem como no valor da conta de depreciação, os valores resultantes de reavaliações na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e normatizada pela Resolução CFM nº 2.124/2015 de 16 de julho de 2015.
- (f) **Passivos Circulantes:** as obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O índice aplicado sobre as obrigações a curto prazo e longo prazo é o IPCA, em intervalo quadrimestrais, as provisões para riscos cíveis e trabalhistas.
- (g) **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou passivo exigível. São reconhecidos contabilmente os processos na situação “provável” e os demais a título de informação.



Conselho Federal de Medicina

(h) Reapresentação de Saldos Comparativos das Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, realizamos a reclassificação dos valores referentes às provisões de 13º salário e férias agrupando-as na rubrica de obrigações trabalhistas. Além disso, as provisões contingenciais anteriormente classificadas como de curto prazo foram reclassificadas para o longo prazo, em consonância com a sua natureza e expectativa de realização.

Os saldos reclassificados estão demonstrados a seguir:

Balço Patrimonial		2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado	
Circulante	24.951.691,98	(389.164,63)	24.562.527,35	
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.709.922,18	6.234.803,80	7.944.725,98	
Provisões a Curto Prazo	6.623.968,43	(6.623.968,43)	-	
Não circulante	3.600.358,26	389.164,63	3.989.522,89	
Provisões a Longo Prazo	3.600.358,26	389.164,63	3.989.522,89	

Nota explicativa nº 4.1.5		2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado	
Provisão de Férias	-	3.597.002,51	3.597.002,51	
Provisão de INSS s/ Férias	-	1.007.160,76	1.007.160,76	
Provisão de FGTS s/ Férias	-	383.679,45	383.679,45	
Provisão de PIS/PASEP s/ Férias	-	47.959,98	47.959,98	
Provisão de 1/3 de Férias	-	1.199.001,10	1.199.001,10	
Total	1.709.922,18	6.234.803,80	7.944.725,98	

Nota explicativa nº 4.1.8		2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado	
Provisão de Férias	3.597.002,51	(3.597.002,51)	-	
Provisão de INSS s/ Férias	1.007.160,76	(1.007.160,76)	-	
Provisão de FGTS s/ Férias	383.679,45	(383.679,45)	-	
Provisão de PIS/PASEP s/ Férias	47.959,98	(47.959,98)	-	
Provisão de 1/3 de Férias	1.199.001,10	(1.199.001,10)	-	
Total	6.234.803,80	(6.234.803,80)	-	

Provisões Judiciais Trabalhistas CP	139.480,05	(139.480,05)	-	
Provisões para Ações Trabalhistas Curto Prazo	139.480,05	(139.480,05)	-	
Provisões Judiciais Cíveis CP	249.684,58	(249.684,58)	-	
Provisões para Ações Cíveis Curto Prazo	249.684,58	(249.684,58)	-	
Subtotal Curto Prazo	389.164,63	(389.164,63)	-	
Provisões Judiciais Trabalhistas LP	-	139.480,05	139.480,05	
Provisões para Ações Trabalhistas Longo Prazo	-	139.480,05	139.480,05	
Provisões Judiciais Cíveis LP	3.600.358,26	249.684,58	3.850.042,84	
Provisões para Ações Cíveis Longo Prazo	3.600.358,26	249.684,58	3.850.042,84	
Subtotal Longo Prazo	3.600.358,26	389.164,63	3.989.522,89	



Conselho Federal de Medicina

4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Nota do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, conforme art. 105 da Lei 4.320/64 demonstra o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial, e as contas de compensação. O referido balanço é o quadro da contabilidade que possui duas seções, o ativo e o passivo, em que se distribuem os elementos do patrimônio público, igualando-se as duas somas com a conta patrimônio líquido (Ativo real líquido) no caso de gerar superávit, ou passivo real descoberto, quando apresentar déficit patrimonial.

Avaliação da Gestão:

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, apresentando um resultado de R\$ 584.766.575,88.

O patrimônio líquido comparado com o do exercício anterior, que apresentou valor de R\$ 500.562.493,33, cresceu 16,82%.

Nome do Indicador	Unidade de Medida	2024	2023	2022	2021	2020
Situação Financeira	R\$	21,62	15,26	5,02	3,89	2,03
Situação Permanente	R\$	13,16	14,83	6,56	5,15	1,47
Resultado Patrimonial	R\$	20,03	15,12	15,44	24,48	15,39

Análise através de indicadores do Balanço Patrimonial:

Quociente da Situação Financeira:

Ativo Financeiro

Passivo Financeiro

“O resultado deste quociente deve ser analisado observando os seguintes detalhes: Entretanto, sendo menor do que 1, será considerado negativo: todavia, há que se verificar se existe algum convênio registrado nas contas de compensação como direito contratual que não tenha sido realizado no exercício, mas com potencial para ser recebido em curto prazo, já que esse registro não consta do ativo financeiro e cuja despesa já tenha sido empenhada, causando a distorção no resultado desse quociente. Essa informação é importante, pois ajudará na análise e interpretação mais correta desse resultado (KOHAMA, 2000, p.175).”

Situação Financeira - representam normalidade, pois os resultados encontrados no período de 2020 a 2024 foram maiores do que 1, ou seja, o ativo financeiro é maior do que o passivo financeiro, representando um superávit financeiro, conforme exemplificado a seguir:



Conselho Federal de Medicina

Resultado Financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Financeiro	462.058.689,45	377.111.077,70
(-) Passivo Financeiro	(23.067.194,91)	(24.718.795,40)
Total	438.991.494,54	352.392.282,30

Quociente da Situação Permanente: Ativo Permanente e Passivo Permanente

“Esse quociente demonstrará o resultado da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente. O resultado esperado é que seja maior do que 1 ou, pelo menos, 1 (KOHAMA, 2000, p.176).”

Situação Permanente - os resultados no período de 2020 a 2024 foram maiores do que 1, ou seja, refletiu que o ativo permanente é maior que o passivo permanente, portanto, apresenta um superávit na parte permanente do Balanço Patrimonial. Essa situação patrimonial reflete que o grau de endividamento é inferior a soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Resultado Permanente	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Permanente	147.888.416,64	152.003.411,87
(-) Passivo Permanente	(11.234.210,77)	(10.246.346,42)
Total	136.654.205,87	141.757.065,45

Quociente do Resultado Patrimonial: Soma do Ativo Real e Soma do Passivo Real

“Observação: No caso de o quociente apresentar o resultado menor do que 1, há que se verificar na Demonstração das Variações Patrimoniais as causas que originaram esse efeito patrimonial negativo (KOHAMA, 2000, p.183).”

Resultado Patrimonial - todos os exercícios analisados apresentaram superávit patrimonial, o que é considerado positivo como resultado do Balanço Patrimonial. Esse fato é explicado devido à inexistência de dívida fundada e está exemplificada no quadro a seguir:

Resultado Patrimonial	31/12/2024	31/12/2023
Variações Patrimoniais Aumentativas	296.598.089,29	275.301.606,01
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	(212.393.952,74)	(196.460.992,51)
Total	84.204.136,55	78.840.613,50



Conselho Federal de Medicina

4.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento, somando o montante de caixa final em R\$ 456.260.121,56.

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2024	31/12/2023
Bancos Conta Movimento	2.712.828,54	1.131.733,85
Caixa Econômica Federal CC: 000508568	791.357,93	321.243,09
Caixa Econômica Federal CC: 000025435	7.746,92	441.970,97
Banco do Brasil CC: 200.4089	484.452,49	337.281,64
Banco Banrisul CC: 06.016248.05	48.686,26	6.796,56
Banco de Brasília CC: 046.0007670	1.380.584,94	24.441,59
Aplicação Financeira	453.547.293,02	368.565.643,78
Caixa Econômica Federal CDB Pré-Fixado APL: 050.8568	319.014.362,50	248.935.182,66
Caixa Econômica Federal Poupança POUP: 649.1362	4.340.985,52	4.055.742,71
Caixa Econômica Federal CAUÇÃO: 008.3408	-	6.225,83
Caixa Econômica Federal CAUÇÃO: 008.3866	-	9.311,90
Banco de Brasília CDB Pré-Fixado APL: 046.0007670	130.037.736,34	115.559.180,68
Caixa Econômica Federal CDB Pré-Fixado APL: 2543-5	154.208,66	-
Total	456.260.121,56	369.697.377,63

4.1.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os valores dos demais créditos e valores a curto prazo são compostos, conforme o quadro a seguir:

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos	190.547,56	92.734,44
Adiantamento do IRPF s/Férias	83.558,99	85.296,94
Adiantamentos Diversos	8.371,98	7.437,50
Adiantamentos de Salários	14.025,30	-
Adiantamentos de Viagens	78.394,49	-
Adiantamentos concedidos a terceiros	6.196,80	-
Tributos a Recuperar	38.827,67	2.331,13
COSIRF	2.283,88	2.215,08
0561 IRRF	13,05	13,05
0588 IRRF	103,00	103,00
8301 PIS/PASEP	36.266,26	-
COSIRF 6188: BANRISUL	161,48	-



Conselho Federal de Medicina

Depósitos Judiciais	3.244.505,13	2.913.080,48
Depósitos Judiciais Trabalhistas	4.100,00	-
Auditor da Receita Federal	189.000,00	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	3.051.405,13	2.913.080,48
Outros Créditos a Receber	2.326.301,69	4.407.083,06
Fornecedores a Regularizar	736.350,00	7.814,34
Relação Bancária a Regularizar	68,80	-
Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal	1.598,99	1.529,04
Outras Entidades Públicas	-	28.194,55
Ajuste de Saldos Convênios	481.084,19	1.839.193,67
Ajuste de Saldos Cota-Parte	1.103.489,64	2.514.238,87
Outros Devedores	3.710,07	16.112,59
Total	5.800.182,05	7.415.229,11

4.1.3. Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CFM com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros alimentícios e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado são avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Estoques	31/12/2024	31/12/2023
Elétrico, Eletrônico e Segurança	5.367,61	6.868,02
Material de Informática	48.809,48	71.670,57
Áudio, Vídeo e Foto	(0,05)	(0,05)
Outros Materiais de Consumo	-	-
Limpeza e Produção de Higienização	4.605,43	3.456,03
Gêneros de Alimentação	16.819,13	21.542,24
Material de Expediente	83.050,89	75.125,75
Copa e Cozinha	9.831,22	22.601,87
Utilização em Gráfica	433,92	583,90
Total	168.917,63	201.848,33



Conselho Federal de Medicina

4.1.4. Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão apresentados no Balanço Patrimonial em consonância com a Resolução CFM nº 2.124/2015 - Modelo II ao custo histórico ajustado por depreciações, que o cálculo tem como base a divisão do valor contábil pelo prazo de vida útil do bem. Deve-se incluir no valor contábil, bem como no valor da conta de depreciação, os valores resultantes de reavaliações na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstração com movimentações a seguir:

Imobilizado	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2023
Imóveis	128.939.902,78	52.965,10	(319.800,00)	129.206.737,68
Edifícios	109.595.789,37	-	-	109.595.789,37
Instalações	244.113,41	52.965,10	(319.800,00)	510.948,31
Terrenos	19.100.000,00	-	-	19.100.000,00
Móveis	33.356.323,00	4.904.627,70	(2.395.367,70)	30.847.063,00
Mobiliário em Geral	9.666.199,38	135.379,00	(844.209,22)	10.375.029,60
Veículos	2.755.221,99	1.862.749,99	-	892.472,00
Máquinas e Aparelhos	443.330,67	7.680,31	(233.256,44)	668.906,80
Equipamentos de Informática	12.298.161,18	2.689.344,78	(1.075.845,16)	10.684.661,56
Biblioteca	138.494,60	-	-	138.494,60
Obras de Arte	3.000,00	-	-	3.000,00
Utensílios de Copa e Cozinha	166.281,58	18.589,14	(5.427,00)	153.119,44
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	7.829.942,08	190.884,48	(178.749,38)	7.817.806,98
Outros Equipamentos	40.384,41	-	(57.050,00)	97.434,41
Outros Materiais Permanentes	15.307,11	-	(830,50)	16.137,61
(-) Depreciação de Bens Imóveis	(5.596.876,79)	(3.956.652,00)	72.033,00	(1.712.257,79)
(-) Depreciação de Edifícios	(5.589.385,29)	(3.945.448,44)	-	(1.643.936,85)
(-) Depreciação de Instalações	(7.491,50)	(11.203,56)	72.033,00	(68.320,94)
(-) Depreciação de Bens Móveis	(8.983.634,89)	(3.823.713,86)	1.383.758,11	(6.543.679,14)
(-) Depreciação de Mobiliário em Geral	(1.465.862,34)	(830.374,32)	724.119,86	(1.359.607,88)
(-) Depreciação de Veículos	(887.527,50)	(94.545,50)	-	(792.982,00)
(-) Depreciação de Máquinas e Aparelhos	(68.482,97)	(47.471,01)	168.496,65	(189.508,61)
(-) Depreciação de Equipamentos de Informática	(4.852.581,87)	(1.440.979,11)	386.844,33	(3.798.447,09)
(-) Depreciação de Utensílios de Copa e Cozinha	(28.644,12)	(13.610,79)	4.373,80	(19.407,13)
(-) Depreciação de Equipamentos para Áudio, Vídeo	(1.632.986,70)	(1.394.631,45)	47.845,87	(286.201,12)
(-) Depreciação de Outros Equipamentos	(35.537,18)	-	51.345,00	(86.882,18)
(-) Depreciação de Outros Materiais Permanentes	(12.012,21)	(2.101,68)	732,60	(10.643,13)
Total	147.715.714,10	(2.822.773,06)	(1.259.376,59)	151.797.863,75



Conselho Federal de Medicina

4.1.5. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Os valores das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais estão compostas, conforme o quadro a seguir:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado
INSS a Recolher	1.170.799,28	1.144.417,49
FGTS a Recolher	535.603,22	505.304,95
PIS a Recolher	86.502,96	60.199,74
Mensalidade e Convênios Grêmio dos Funcionários	140,83	-
Empréstimo Consig. de Funcionários Caixa Econômica Federal	302.929,37	-
Provisão de Férias	4.124.085,62	3.597.002,51
Provisão de INSS s/ Férias	1.154.744,04	1.007.160,76
Provisão de FGTS s/ Férias	439.901,60	383.679,45
Provisão de PIS/PASEP s/ Férias	54.987,81	47.959,98
Provisão de 1/3 de Férias	1.374.695,59	1.199.001,10
Total	9.244.390,32	7.944.725,98

Reapresentado conforme nota explicativa nº 3.h.

4.1.6. Fornecedores e Contas a Pagar

Os valores dos fornecedores e contas a pagar estão compostas, conforme o quadro a seguir:

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2024	31/12/2023
Restos a Pagar Processados	8.723.293,27	9.604.003,50
Subtotal Curto Prazo	8.723.293,27	9.604.003,50

4.1.7. Obrigações Fiscais

Os valores das obrigações fiscais estão compostos, conforme demonstrado a seguir:

Obrigações Fiscais	31/12/2024	31/12/2023
IRRF s/Salários a Recolher	1.939.395,01	1.725.151,67
COSIRF a Recolher	243.401,81	492.749,71
INSS s/Serviços PJ a Recolher	12.889,88	61.911,76
IRRF s/PF a Recolher	124.140,34	110.307,59
ISS s/Serviços PJ	20.647,54	54.453,27
Total	2.340.474,58	2.444.574,00



Conselho Federal de Medicina

4.1.8. Provisões

Os valores das provisões judiciais estão compostos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado
Provisões Judiciais Trabalhistas LP	260.640,04	139.480,05
Provisões para Ações Trabalhistas Longo Prazo	260.640,04	139.480,05
Provisões Judiciais Cíveis LP	3.764.493,13	3.850.042,84
Provisões para Ações Cíveis Longo Prazo	3.764.493,13	3.850.042,84
Subtotal Longo Prazo	4.025.133,17	3.989.522,89
Total	4.025.133,17	3.989.522,89

Reapresentado conforme nota explicativa nº 3.h.

Os valores são baseados na pretensão nominal declinada pelos litigantes nas suas petições iniciais. Os valores podem sofrer atualização monetária e incidência de juros.

Todas as demais ações que o CFM é parte são do tipo: Declaratórias, Mandamentais ou constitutivas. Nestas ações, não há hipótese de condenação de pagamento de valores.

4.1.9. Demais Obrigações

A conta de demais obrigações estão compostas, conforme demonstrado a seguir:

Demais Obrigações	31/12/2024	31/12/2023
Devolução de Cota-Parte a Maior	362.162,07	1.367.375,19
Outros Credores do Exercício	-	100,00
Fornecedores a Regularizar	-	2.956.252,72
Departamento Pessoal a Regularizar	145.100,25	83.996,18
Outros Ajustes no Exercício	174.242,59	161.499,78
Ajustes de Credores de Exercícios Anteriores	164.433,96	-
Ajuste a Conselheiros De Diárias, Jeton E Aux. Representação	1.300,00	-
Total	847.238,87	4.569.223,87



Conselho Federal de Medicina

4.2. Nota do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, demonstrará a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Avaliação da Gestão:

O Balanço Financeiro no exercício de 2024 apresenta o valor do saldo transferido do exercício anterior de R\$ 321.497.152,72. Ao longo do exercício ocorreram recebimentos e pagamentos, demonstrando na sua equação, equilíbrio nas entradas e saídas os quais resultaram em saldo final no montante de R\$ 372.610.458,11, que representa o saldo financeiro a ser transferido para o exercício de 2025

Nome do Indicador	Unidade de Medida	2024	2023	2022	2021	2020
Execução Orçamentária	R\$	1,41	1,27	1,32	1,49	0,71
Financeiro Real da Execução Orçament	R\$	1,50	1,33	1,45	1,53	1,54
Execução Extra-Orçamentária	R\$	1,00	0,95	0,93	0,54	2,72
Resultado da Execução Financeira	R\$	1,24	1,15	1,15	0,98	1,17
Resultado dos Saldos Financeiros	R\$	1,23	1,16	1,17	0,98	1,23

Análise através de indicadores do Balanço Financeiro:

Quociente da Execução Orçamentária:

Receita Orçamentária

Despesa Orçamentária

“Esse quociente deve demonstrar quanto a receita orçamentária representa para o pagamento da despesa orçamentária” (KOHAMA, 2000, p.159).”

Execução Orçamentária - o índice de Execução Orçamentária dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 são maiores do que 1, logo demonstra a existência de um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira e em 2020 menor que 1 demonstra a existência de déficit orçamentário, justificado por utilização de recursos de superávit de exercícios anteriores e por não compensar alienação na inscrição de restos a pagar não processado, proveniente a custos com a aquisição da nova sede.



Conselho Federal de Medicina

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária:

Receita Orçamentária

Despesa Orçamentária Pagar

“Observação: Despesa Orçamentária Paga = Despesa Orçamentária - (Restos a Pagar Inscritos no exercício + Serviço da Dívida a Pagar, que passa para o exercício seguinte)”. (KOHAMA, 2000, p.159). Dever-se-á considerar normal o resultado 1 e bom o maior do que 1. Caso o resultado seja menor do que 1, deve ser considerado preocupante, pois a receita arrecadada será menor do que a despesa paga, pressupondo-se a utilização de recursos financeiros provenientes da receita extraorçamentária para sua cobertura (KOHAMA, 2000, p.160).”

Financeiro Real da Execução Orçamentária - o índice apurado dos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 são maiores do que 1, assim, demonstra um bom resultado na execução orçamentária e financeira.

Quociente da Execução Extraorçamentária:

Receita Extraorçamentária

Despesa Extraorçamentária

“Observação: Quanto mais próximo de 1 esse quociente estiver, mais será o desejável. Se for maior do que 1, representará aumento da dívida flutuante, o que provocará, em consequência, aumento do Passivo Financeiro, no Balanço Patrimonial. Entretanto, se houver, o correspondente aumento dos recursos financeiros das disponibilidades (caixa/bancos), a situação será considerada normal. Porém, se ocorrer a diminuição dos recursos financeiros das disponibilidades em caixa/bancos, isso indicará que a diferença financiou o pagamento de despesas orçamentárias e a situação deverá ser considerada preocupante. Quando for menor do que 1, por outro lado, refletirá uma diminuição da dívida flutuante e, por consequência, diminuição do Passivo Financeiro, no Balanço Patrimonial, mas, por outro lado, refletirá a utilização de recursos financeiros, reduzindo as disponibilidades (caixa/bancos) existentes (KOHAMA, 2000, p.163).”

Execução Extra Orçamentária - o índice apurado, foi menor e igual a 1 no período de 2021 a 2024, demonstrando uma redução na dívida flutuante e consequentemente redução do passivo financeiro no Balanço Patrimonial e o índice apurado nos exercícios de 2020, foi maior que 1, ou seja, as receitas extraorçamentárias se apresentam superiores as despesas extraorçamentárias, demonstrando um superávit financeiro.

Quociente do Resultado da Execução Financeira:

Receita (Orçamentária + Extraorçamentária)

Despesa (Orçamentária + Extraorçamentária)

“Nesse quociente, o que se considera normal é o resultado de 1, ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, deve-se verificar as disponibilidades (saldo de caixa/bancos) refletem a movimentação financeira de origem extraorçamentária, para se ter melhor base de análise e interpretação (KOHAMA, 2000, p.165).”



Conselho Federal de Medicina

Resultado da Execução Financeira - o índice no exercício de 2020, 2022, 2023 e 2024, observou-se que o somatório da receita orçamentária com a extra orçamentária é maior que o somatório da despesa orçamentária mais despesa extra orçamentária, evidenciando a existência de superávit, uma vez que os somatórios dos recebimentos são maiores que os pagamentos realizados no exercício e no exercício de 2021, foi menor que 1, refletindo um aumento da movimentação financeira e uma baixa no saldo de caixa em 2,07%, justificado pelo investimento de aquisição da nova sede.

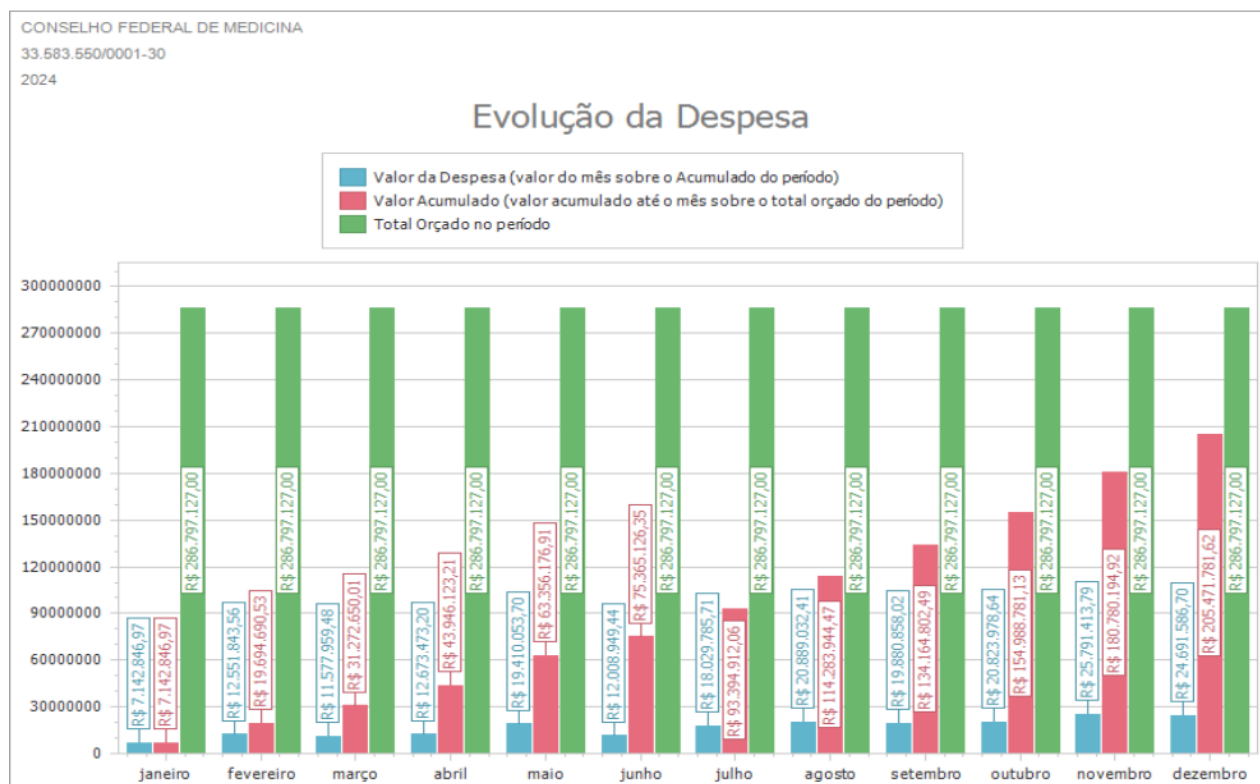
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

Saldo que passa para o exercício seguinte

Saldo do Exercício Anterior

“Tenderá a ser considerado normal o resultado de 1, ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, deve-se verificar se as disponibilidades (saldo de caixa/bancos) refletem a movimentação financeira de origem extraorçamentária, para se ter melhor base de análise e interpretação (KOHAMA, 2000, p.166).”

Resultado dos Saldos Financeiros - apresentou nos exercícios de 2020, 2022, 2023 e 2024, apresentou normalidade, sendo maiores do que 1 (R\$ 1,23, R\$ 1,17, R\$ 1,16 e R\$ 1,23), pois o saldo que é transferido para o exercício seguinte é maior do que o saldo do exercício anterior, resultando em superávit financeiro, ou seja, os recebimentos foram maiores que os pagamentos do exercício e no exercício de 2021, menor que 1 (R\$ 0,98), demonstrando um aumento na movimentação financeira refletindo em um saldo menor no caixa.





Conselho Federal de Medicina

4.3. Nota do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário está fundamentado no art. 102 da Lei nº 4.320/64, e demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Este demonstrativo é um quadro de contabilidade com duas seções, nas quais se distribuem não só as receitas previstas no orçamento, como também as realizadas e, identicamente, as despesas fixadas e as realizadas, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto e o realizado, déficit ou superávit.

A previsão orçamentária para o exercício 2024 foi fixada através da Resolução CFM nº 2.375 de 13 de dezembro de 2023, publicada no D.O.U. de 21 de dezembro de 2023, Edição 242, Seção 1, pg. 341:

Receitas Correntes	286.797.127,00	Despesas Correntes	268.673.472,92
Receitas de Capital	-	Despesas de Capital	18.123.699,08
Total	286.797.127,00		286.797.172,00

Avaliação da Gestão:

Do orçamento do Conselho Federal de Medicina previsto para o exercício de 2024 no montante de R\$ 286.797.127,00, as receitas apuradas totalizaram R\$ 295.041.828,42, ou seja, 102,87% da previsão inicial. As transferências sobre cotas dos CRMs previstas no montante de R\$ 235.458.662,31, as arrecadações apuradas totalizaram R\$ 238.988.778,71, ou seja, 101,50% do orçado, enquanto as despesas liquidadas totalizaram R\$ 205.471.781,62, representando 71,64% do orçamento previsto e as despesas empenhadas totalizaram R\$ 208.786.844,19, representando 72,80%.

Nome do Indicador	Unidade de Medida	2024	2023	2022	2021	2020
Execução da Receita	R\$	1,03	1,02	0,94	1,04	0,93
Equilíbrio Orçamentário	R\$	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Execução da Despesa	R\$	0,72	0,78	0,68	0,70	0,41
Resultado Orçamentário	R\$	1,44	1,28	1,37	1,49	1,41

Análise através de indicadores do Balanço Orçamentário:

Quociente de Execução da Receita: Receita Executada e Receita Prevista

“Esse quociente indica o quanto foi realizado de Receita Executada em comparação com a Receita Prevista, e o resultado normal deverá ser 1 ou maior ou menor do que 1, porém próximo de 1, ou seja, evidenciando que a Receita Executada esteve próxima da Receita Prevista. Caso seja muito acima ou abaixo de 1, deve-se procurar as causas e possíveis justificativas convincentes (KOHAMA, 2000, p.145).”

Os valores do Índice de Execução da Receita obtidos para essa série de exercícios demonstram que no ano de 2024, arrecadou-se 102,87%, em relação ao que foi previsto, considerado acima do normal (igual a 1,03), considerando as receitas correntes previstas,



Conselho Federal de Medicina

arrecadou-se 102,87%, arrecadando a maior R\$ 8.244.701,42, podendo considerar possível melhoria nos instrumentos de cobrança pelos Regionais e o reflexo do aumento da taxa Selic nas aplicações e poupança, no ano de 2024, arrecadou-se 101,50%, em relação ao previsto da cota-parte, com uma arrecadação a maior de R\$ 3.530.116,40. Nos anos de 2020 e 2022, arrecadou-se 93% e 94% em relação ao que foi previsto para o orçamento daqueles anos. Ou seja, para cada R\$ 1,00 da previsão de receita em 2020 e 2022, deixou-se de arrecadar R\$ 0,03 e R\$ 0,04. Logo, a deficiência na arrecadação desses exercícios foi na ordem em 2020 R\$ 11.991.235,22 o que representa 6,53% e no exercício 2022 foi na ordem de R\$ 15.733.049,64 o que representa 6,25%.

Restos a Pagar Não Processados e Processados

Para o ano de 2024 foram inscritos em Restos a Pagar processados a importância de R\$ 8.317.511,66, uma variação de R\$ 19.289,77, representando um aumento de 0,23% em relação à inscrição de 2023.

Quociente do Equilíbrio Orçamentário:

Despesa Fixada

Receita Prevista

“Esse quociente deve demonstrar quanto a Despesa Fixada é maior do que a Receita Prevista, pois revelará também o quanto foi aberto de Crédito Adicional, e o resultado normal será 1 ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, a tendência é de considerá-lo normal, entretanto, deverá ser uma hipótese, na atualidade, atípica, que precisa ser verificada (KOHAMA, 2000, p.146).”

Equilíbrio Orçamentário - para cada R\$ 1,00 de receita orçamentária prevista foram utilizados R\$ 1,00 de despesa orçamentária fixada, não apresentando déficit de receita, em relação à despesa fixada.

Quociente da Execução da Despesa:

Despesa Executada

Despesa Fixada

“Esse quociente deve demonstrar quanto da Despesa Fixada foi utilizado em Despesa Executada, e o resultado menor do que 1 será considerado normal. Dificilmente ocorrerá um resultado 1 e jamais poderá ser maior do que 1, porque, nesse caso, executar-se-á despesa sem autorização (KOHAMA, 2000, p.147-8).”

Execução de Despesas – para cada R\$ 1,00 de despesa orçamentária fixada, apresentou economia orçamentária correspondente em 2020 a 0,180% ou R\$ 53.265.26,63, em 2021 a 0,300% ou R\$ 57.444.075,94, em 2022 a 0,225% ou R\$ 56.848.244,09, em 2023 a 0,215% ou R\$ 58.202.386,99 e em 2024 a 0,287% ou R\$ 86.254.984,23, sem extrapolar as ações previstas.



Conselho Federal de Medicina

Quociente do Resultado Orçamentário:

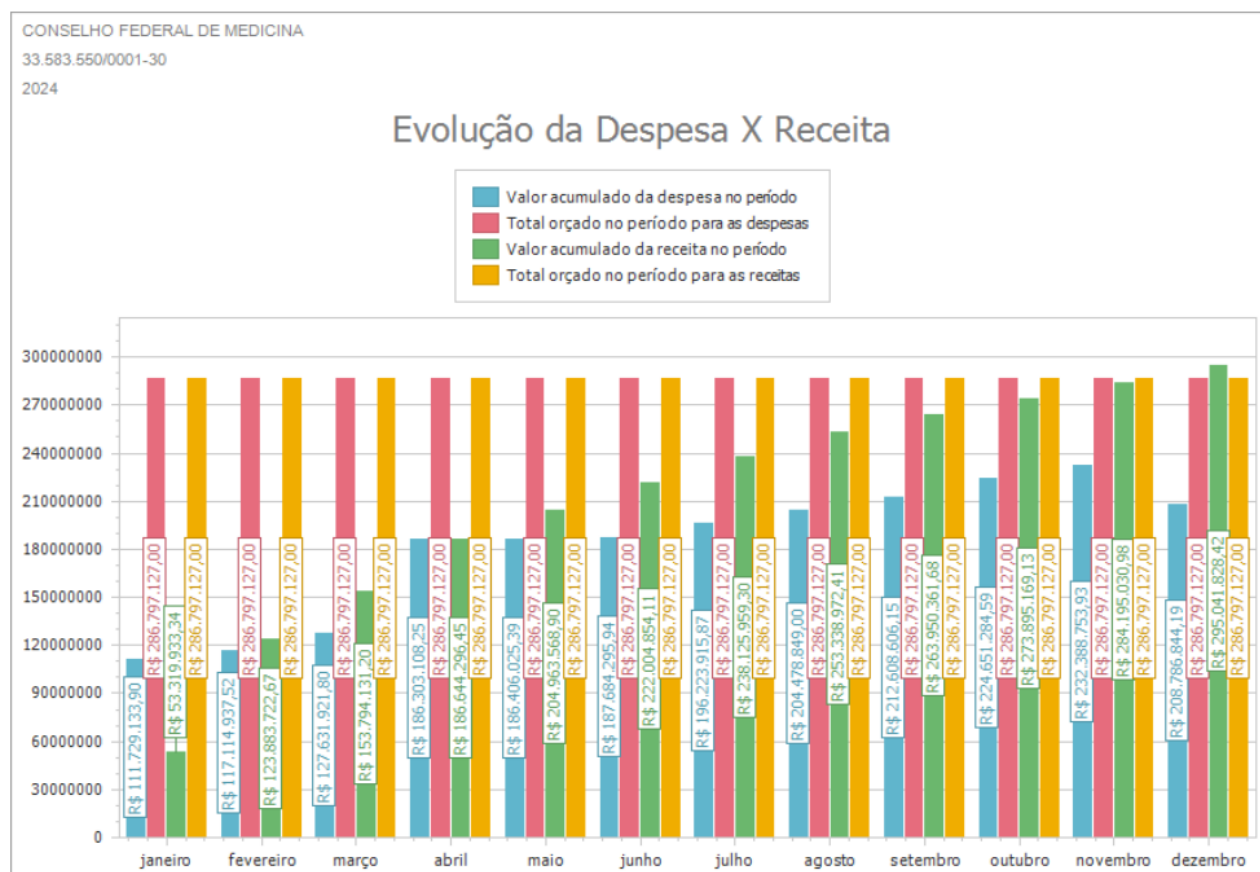
Receita Executada

Despesa Executada

“Esse quociente deve demonstrar quanto da Receita Executada serve de cobertura para a Despesa Executada” (KOHAMA, 2000, p.148).”

Resultado Orçamentário - Em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 a receita executada cobriu as despesas executadas, ocorrendo um superávit de execução orçamentária de R\$ 1,41, R\$ 1,49, R\$ 1,37, R\$ 1,28 e R\$ 1,44.

A análise dos resultados do Balanço Orçamentário demonstra eficiência das ações com a utilização dos recursos na fase liquidada e empenhada, apresentando uma situação superavitária.



Desempenho Operacional

A Programação da Despesa do Orçamento Público está fundamentada no art. 47 da Lei nº 4.320/64, introduzindo um processo contínuo em administração. Aprovado o orçamento, isto é, aprovado o plano de trabalho e os limites financeiros para sua execução, dentro do esquema de recursos proposto a arrecadar, começa a tarefa de tornar operante o orçamento.



Conselho Federal de Medicina

No processo do orçamento-programa, do Conselho Federal de Medicina a distribuição de quotas é realizada considerando o projeto, programa e as atividades elaboradas por cada unidade orçamentária, conforme instituída e demonstrada no organograma da instituição.

O orçamento aprovado com a discriminação por unidade orçamentária é disciplinado conforme o Art. 49, A programação da despesa orçamentária, para efeito do disposto no artigo anterior, levará em conta os créditos adicionais e as operações extra orçamentárias e o Art. 50, As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária, ou seja, coloca à disposição do processo financeiro um instrumento flexível, que permita executar o orçamento em função das circunstâncias da arrecadação efetiva da receita, conjuntura econômica e das necessidades administrativas em que cada unidade orçamentária opera.

Em conformidade com a Lei nº 3.268/57, no Art. 5º São atribuições do Conselho Federal:

j) Fixar e alterar o valor da anuidade única, cobrada aos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina; e (Incluído pela Lei nº 11.000/2004).

Demonstrativo do comparativo de cota-parte realizada nos exercícios 2023 e 2024:

Acompanhamento Cota-Parte			
Mês	2023 R\$ (a)	2024 R\$ (b)	Varição (b - a)
JAN	54.401.450,64	49.045.880,56	(5.355.570,08)
FEV	58.463.857,37	66.686.845,42	8.222.988,05
MAR	25.453.314,35	25.702.367,31	249.052,96
ABR	20.431.592,12	28.186.457,45	7.754.865,33
MAI	11.332.172,39	13.078.506,79	1.746.334,40
JUN	9.825.127,00	12.727.646,67	2.902.519,67
JUL	8.414.620,32	11.347.812,09	2.933.191,77
AGO	10.699.264,10	10.399.073,68	(300.190,42)
SET	6.288.067,83	5.780.958,27	(507.109,56)
OUT	4.013.099,43	4.863.041,55	849.942,12
NOV	3.912.386,84	5.437.744,86	1.525.358,02
DEZ	5.162.683,81	5.732.444,06	569.760,25
TOTAL	218.397.636,20	238.988.778,71	20.591.142,51

VALOR ORÇADO - 2023	VALOR ORÇADO - 2024
212.506.129,49	235.458.662,31
102,77%	101,50%



Conselho Federal de Medicina

Resultados das Unidades Gestoras

O controle da programação financeira está fundamentado no Art. 75 da Lei nº 4.320/64 e a observância dos limites aprovados, no Art. 80.

As realizações das ações não excederam os limites estabelecidos na proposta orçamentária, não sendo necessária a realização de reformulação. Fundamentado pelo Art. 66, as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias poderão expressamente determinado na Lei de Orçamento, ser movimentadas por órgão centrais de administração geral - foram efetuados durante o exercício com remanejamentos de ajuste entre as unidades orçamentárias, sem extrapolar os limites aprovados.

Demonstração da distribuição das quotas por unidade orçamentária:

Centro de Custo	Orçamento	%	Realizado	%	Saldo	%
11 - PLENÁRIA	10.598.550,00	3,70	9.321.822,27	87,95	1.276.727,73	12,05
31 - PRESIDÊNCIA	12.266.094,00	4,28	8.656.876,53	70,58	3.609.217,47	29,42
32 - 1ª VICE-PRESIDÊNCIA	9.452.200,00	3,30	5.122.852,34	54,20	4.329.347,66	45,8
33 - 2ª VICE-PRESIDÊNCIA	633.892,00	0,22	277.711,50	43,81	356.180,50	56,19
34 - 3ª VICE-PRESIDÊNCIA	29.873.497,15	10,42	14.002.823,72	46,87	15.870.673,43	53,13
35 - SECRETARIA GERAL	141.003.667,06	49,16	112.909.199,56	80,08	28.094.467,50	19,92
36 - 1ª SECRETARIA	33.487.218,00	11,68	12.904.934,50	38,54	20.582.283,50	61,46
37 - 2ª SECRETARIA	1.687.560,00	0,59	672.222,77	39,83	1.015.337,23	60,17
38 - TESOUREARIA	46.533.048,79	16,23	40.703.430,13	87,47	5.829.618,66	12,53
40 - TOMADA DE CONTAS - COTCO	119.000,00	0,04	85.252,63	71,64	33.747,37	28,36
41 - ENCONTRO NACIONAL DOS CONSELHOS DE MEDICINA	1.142.400,00	0,40	814.655,67	71,31	327.744,33	28,69
Totais:	286.797.127,00	100,00	205.471.781,62	71,64	81.325.345,38	28,36

A demonstração evidencia o cumprimento dos objetivos, sem alterar o orçamento previsto, apresentando o resultado de 71,64%, pela fase das ações realizadas.

Execução descentralizada com transferência de recursos:

As transferências efetuadas estão suportadas pela Instrução Normativa nº 010/2020, de 23 de junho de 2020, que estabelece procedimentos para a concessão de auxílios financeiros aos Conselhos Regionais de Medicina e Entidades Médicas, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes. O montante de transferências atingiu 13,15% do valor total das despesas liquidadas do exercício.



Conselho Federal de Medicina

Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios

Conselhos Regionais de Medicina						
Modalidade	Quantidade			Montantes Repassados no Exercício (R\$)		
	Celebrada					
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Outros - Fiscalização	27	27	27	9.873.744,07	11.799.618,18	10.414.624,88
Outros - Educação Médica	27	21	23	3.211.723,38	2.631.620,45	2.571.260,00
Outros - Projeto 8,33%	26	27	26	12.297.003,13	19.733.930,87	20.091.865,53
Outros - Aux. Administrativo	7	6	8	12.329.247,09	11.340.000,00	15.227.760,45
Outros - Investimentos	5	2	27	12.117.932,05	426.816,18	2.006.516,81
Totais	92	83	111	49.829.649,72	45.931.985,68	50.312.027,67

Entidades Médicas Internacionais						
Modalidade	Quantidade			Montantes Repassados no Exercício (R\$)		
	Celebrada					
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Outros - Anuidade	2	3	2	40.569,75	55.241,54	47.213,93
Totais	2	3	2	40.569,75	55.241,54	47.213,93

4.4. Nota de Demonstrações das Variações Patrimoniais

Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com art. 104 da Lei nº. 4.320/64 evidencia as alterações que ocorreram no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará também o resultado patrimonial do respectivo exercício. Apresenta também as modificações registradas do ponto de vista contábil, em duas seções: variações ativas e variações passivas.

Avaliação da Gestão:

O resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciou nas alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, o Superávit patrimonial no exercício a importância de R\$ 84.204.136,55.

Nome do Indicador	Unidade de Medida	2024	2023	2022	2021	2020
Resultado das Mutações Patrimoniais	R\$	2,47	0,25	2,37	14,60	6,36
Resultado das Variações Patrimoniais	R\$	1,40	1,40	1,48	1,48	1,37



Conselho Federal de Medicina

Análise através de indicadores das Demonstrações das Variações Patrimoniais:

Quociente do Resultado das Mutações Patrimoniais:

Mutação Patrimonial Ativa

Mutação Patrimonial Passiva

“O resultado considerado positivo para a instituição, é quando for maior do que 1, pois demonstrará que a Mutação Patrimonial Ativa é maior que a Mutação Patrimonial Passiva. (KOHAMA, 2000).”

Resultado das Mutações Patrimoniais - Os cálculos realizados mostram que as variações provocadas pela mutação patrimonial ativa foram maiores do que as variações da mutação patrimonial passiva nos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2024, apresentando resultado maior que 1, demonstrando que a despesa orçamentária realizada aumentou mais o patrimônio do que a receita orçamentária realizada, sendo considerado um resultado positivo, e em 2023 apresentando resultado menor que 1, configurando que houve mais baixa de bens e créditos, ou seja, diminuição do patrimônio decorrente da execução orçamentária, sendo considerado negativo, justificado pela aquisição da nova sede.

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais:

Total das Variações Ativas

Total das Variações Passivas

“Este quociente revela se o resultado patrimonial do período em análise gerou superávit, ou um déficit. (KOHAMA, 2000).”

Resultado das Variações Patrimoniais - este quociente revela que nos exercícios de 2020 a 2024, ocorreu um superávit patrimonial, onde as variações ativas são superiores às variações passivas.

Quadro das Receitas:

Compreendem as receitas derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Transferências Intergovernamentais: Compreendem as transferências de recursos entre entes da federação distintos, com um total de R\$ 238.988.778,71.

Resumo: Transferências dos Conselhos Regionais de Medicina

Receita	Valor Previsto	Valor Realizado	Variação (%)	Variação (R\$)	Variação (%)
Transferências Intragovernamentais - Cota-Parte (1/3)	235.458.662,31	238.988.778,71	101,50%	3.530.116,40	1,50%



Conselho Federal de Medicina

Região	Receita Orçada	Receita Realizada	Saldo a Realizar
CRM-AC	843.450,00	515.201,03	61,08%
CRM-AL	2.648.068,50	2.171.886,90	82,02%
CRM-AM	2.178.730,00	2.405.003,85	110,39%
CRM-AP	573.604,00	526.053,80	91,71%
CRM-BA	11.250.520,00	11.456.762,00	101,83%
CRM-CE	6.741.758,90	6.721.169,27	99,69%
CRM-DF	5.820.000,00	6.920.552,19	118,91%
CRM-ES	5.366.460,00	5.339.958,59	99,51%
CRM-GO	7.797.847,90	8.087.318,57	103,71%
CRM-MA	3.775.010,00	3.596.243,73	95,26%
CRM-MG	26.831.070,00	24.280.296,31	90,49%
CRM-MS	3.013.970,00	3.140.815,11	104,21%
CRM-MT	4.059.280,00	4.033.956,18	99,38%
CRM-PA	4.461.000,00	4.220.349,98	94,61%
CRM-PB	3.615.000,00	3.336.768,52	92,30%
CRM-PE	8.077.583,01	7.401.345,55	91,63%
CRM-PI	2.760.110,00	2.551.099,50	92,43%
CRM-PR	13.860.340,00	14.841.674,34	107,08%
CRM-RJ	24.493.000,00	26.109.831,09	106,60%
CRM-RN	3.131.700,00	2.948.236,20	94,14%
CRM-RO	2.246.220,00	1.729.759,46	77,01%
CRM-RR	566.800,00	520.799,02	91,88%
CRM-RS	12.920.260,00	13.333.809,76	103,20%
CRM-SC	9.150.000,00	9.924.908,33	108,47%
CRM-SE	2.164.560,00	2.297.282,46	106,13%
CRM-SP	65.437.000,00	68.835.992,63	105,19%
CRM-TO	1.675.320,00	1.741.632,34	103,96%
Total	235.458.662,31	238.988.706,71	101,50%



Conselho Federal de Medicina

4.5. Nota de Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) fornece a movimentação nas diversas contas que compõe o Patrimônio Líquido. Faz indicação do fluxo de uma conta para outra, a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o período. São informações que complementam o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados. Demonstração para Autarquias, facultativa, obrigatória somente para os Entes que possuem empresas estatais dependentes, conforme Resolução CFC nº. 1.133/08 (NBCT 16.6).

Evolução do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Superávit Acumulado	500.562.439,33	421.721.825,83	18,69%
Superávit do Exercício	84.204.136,55	78.840.613,50	6,80%
Total	584.766.575,88	500.562.439,33	16,82%

Este percentual revela que nos exercícios de 2023 a 2024, ocorreu um crescimento do patrimônio líquido em 16,82%, indicando situação superavitária.

4.6. Nota da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, além de fornecer informações úteis para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foi feita pelo método direto e tem por finalidade evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos operacionais, de investimento e de financiamento. Os fluxos de caixa operacionais estão relacionados com a atividade fim da organização, ou seja, são entradas e saídas de caixa que estão vinculadas à ação pública do Conselho Federal de Medicina e os demais fluxos que não se qualificam em investimento ou financiamento. Os fluxos de caixa de investimentos compreendem os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

- **Ingressos das Operações:** Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas, totalizando R\$ 295.041.828,42; e



Conselho Federal de Medicina

- Desembolsos das Operações: Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações, com um total de R\$ 181.068.180,66.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:

- Ingressos de Investimento: Compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, somando R\$ 0,00; e
- Desembolsos de Investimento: Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos, atingindo o total de R\$ 16.086.089,30.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:

- Ingressos de Financiamento: Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento de dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes, computando R\$ 0,00; e
- Desembolsos de Financiamento: Compreendem as despesas com amortização e refinanciamento de dívida, aferindo R\$ 0,00.

ELIAS PONTES BARBOZA
Contador - CRC DF N° 014280/0-3

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Presidente

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO
Tesoureiro